

O USO DO ÍNDICE DE MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA NO PLANEJAMENTO DE PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES

Hugo Clapton Nogueira

Discente do Curso de Ciências Econômicas da UESB
Bolsista do Programa de Educação Tutorial em Ciências Econômicas da UESB
clapp.182@hotmail.com

Gildásio Santana Júnior

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UESB
Tutor do Programa de Educação Tutorial em Ciências Econômicas da UESB
Gildasiojr2@gmail.com

Carlos Eduardo Ribeiro Santos

Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UESB
kadubertani@hotmail.com

O USO DO ÍNDICE DE MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA NO PLANEJAMENTO DE PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar a importância do uso de indicadores econômicos locais, no processo de planejamento municipal e formulação de políticas públicas para pequenas e médias cidades. Para o qual se apresenta o Índice de Movimentação Econômica (IMEC) como ferramenta que pode ser utilizada pelos municípios, por causa da sua peculiaridade de aferir a dinâmica econômica no intervalo temporal menor e contínuo, enquanto outros índices que mensuram a atividade econômica a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB) trabalham com dados agregados e numa temporalidade maior. Neste sentido, o IMEC trabalha com variáveis que podem (e devem) ser acompanhadas mensalmente. O presente trabalho tem como referência principal o Índice de Movimentação Econômica de Salvador, desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) que analisa os principais setores da capital baiana para mensurar a atividade da economia bem como sua proposta de criação de IMECs para o interior do estado, como Vitória da Conquista, e para municípios cuja atividade econômica municipal, geralmente, o setor de serviços e o comércio, por apresentarem destaque na oferta dos mesmos, atraindo consumidores de toda a microrregião, que se deslocam para consumir sua renda na cidade. É possível concluir que em cidades pequenas e médias não é comum o uso de indicadores locais para mensurar a economia, seja por falta de dados estatísticos ou falta de um planejamento por parte dos gestores municipais. Se o mesmo não conhece sua própria economia, não é possível solucionar os gargalos sociais e econômicos, que a cada dia se expandem. O uso dessa ferramenta proporcionaria executar políticas mais eficientes, visto que as grandes cidades utilizam dessa ferramenta para se planejarem.

Palavras-chave: Planejamento; Índices econômicos; Índice de movimentação econômica.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é analisar a importância do uso de indicadores econômicos como ferramenta para o aperfeiçoamento da gestão das cidades em seu planejamento socioeconômico. Nas cidades médias, e mesmo nas pequenas, as ações de gestão vão se tornando cada vez mais complexas exigindo um planejamento eficaz por parte de seus gestores.

As práticas de ordenamento e planejamento do espaço urbano são um desafio aos órgãos gestores e estudiosos da área, visando o crescimento estruturado das cidades, bem como preservação do meio ambiente, qualidade de infraestrutura urbana e em qualidade de vida para a população (ALVES et al., 2008, p.1).

Seja problemas relacionados ao gerenciamento do lixo, seja da educação, ordenação urbana, saúde e/ou emprego, tais situações vão exigindo mais eficácia do poder público local. E, assim, dentre as áreas que requerem um planejamento de curto,

médio e/ou longo prazo, destacam-se as atividades econômicas municipais, seja porque é partir delas que ocorre a geração de receitas, seja porque ela está presente no cotidiano dos cidadãos (FONSECA, 2006).

As mudanças ocorridas, por causa das modificações que ocorreram no âmbito da justiça que afetaram a economia, a racionalização dos serviços públicos e o desenvolvimento das cidades através da concentração da população, que deixaram de residir no campo para habitar na cidade, gerou a necessidade cada vez maior de se obter dados que indicassem o quanto a economia se alterou a partir desses fatores.

Mas como preparar um planejamento adequado das cidades com dados agregados do Estado ou da nação? Os principais dados sobre produto, renda, preços, população empregada, investimento e poupança são divulgados de forma agregada e com defasagem de tempo, o que dificulta a percepção da real situação econômica das regiões (e das cidades, principalmente as pequenas e médias). E estes mesmos dados agregados nem sempre irão mostrar a realidade econômica municipal, já que certo município pode apresentar um comportamento oposto ao comportamento estadual ou municipal. Principalmente cidades que possuem um comportamento econômico atrelado ao aspecto do comércio (da circulação).

Nesse sentido, alguns municípios passam a buscar a construção de índices que possibilitem o acompanhamento do comportamento de sua estrutura, principalmente a econômica. Assim é que se apresenta o Índice de Movimentação Econômica (IMEC) enquanto ferramenta de acompanhamento e auxílio no processo do planejamento econômico dessas cidades.

O IMEC visa quantificar e mensurar a movimentação econômica de determinado espaço geográfico, com o intuito de ampliar o conhecimento da dinâmica econômica desse atrelado ao comportamento adicional aos dados tradicionais do ciclo econômico, como a produção e a renda.

A grande peculiaridade do IMEC diz respeito à possibilidade de aferir essa dinâmica num espaço específico (o município), num intervalo temporal menor e com uma periodicidade contínua, enquanto outros índices que mensuram a atividade econômica, a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB), trabalham com dados agregados e numa temporalidade maior. Neste sentido, o IMEC trabalha com variáveis que podem ser acompanhadas até mensalmente.

Enquanto procedimento metodológico, o trabalho está baseado em uma apresentação bibliográfica que traz à tona a relevância de se estabelecer um nexo entre o planejamento e a utilização de indicadores econômicos em seu processo.

Para a sua melhor apresentação, a estrutura do trabalho conta com quatro partes. Na primeira é feita uma apresentação do planejamento econômico das pequenas e médias cidades e a sua relação com os indicadores econômicos agregados que geralmente são utilizados para tal fim. Na segunda parte, é feita uma relação entre o IMEC e o processo de mensuração da economia, bem como se apresentam os mecanismos de construção e metodologia do mesmo. Por fim, é feita uma abordagem entre o planejamento municipal e sua relação com a utilização do IMEC em cidades como São João Del Rei e Maringá.

PLANEJAMENTO ECONÔMICO DAS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES

O conceito de cidade pequena e média vem sendo repensado, já que o comportamento dos espaços geográficos vem se alterando atualmente. Anteriormente, afirmava-se que cidades pequenas eram aquelas que possuíam até 20 mil habitantes. As cidades médias se encaixavam acima deste montante e as cidades grandes eram aquelas com mais de 500 mil habitantes.

Entretanto, esse dado não expressa à realidade das regiões, pois ao afirmar que todos os municípios se enquadram na mesma classe de tamanho, não significa dizer que os mesmos possuem a mesma dinâmica. Porquanto, essa característica irá depender do desenvolvimento econômico regional.

Cidades semelhantes em população e tamanho podem ter grandes contrastes, por causa do seu grau de desenvolvimento e o mesmo depende do local onde o capital mais se concentra, gerando dessa maneira serviços, infraestrutura e investimentos que não são atraídos por cidades que possuem a mesma população, porém não são economicamente dinâmicas.

A origem, tamanho e funções das cidades trazem informações mais próximas da dinâmica real dos espaços, para que se possa estabelecer uma definição sobre as mesmas.

A origem inclui o contexto econômico e político e os agentes sociais das criações urbanas, o tamanho varia de acordo com o número de habitantes ou

segundo agregados econômicos distintos, como o valor da produção industrial e da receita do comércio e serviços e a renda de seus habitantes (CORREA, 2003, p.134-35 apud SEI, 2010, p.19).

Os municípios que não conseguem atender às demandas da população, geralmente passam a ser consideradas de pequeno porte e ficam dependentes das cidades médias, por estas terem se tornado um polo de serviços e comércio, atraindo pessoas de toda uma microrregião. As cidades médias, então, para consumir a renda proveniente das pequenas cidades, através da população que se desloca em busca da supressão de necessidades que não são atendidas nas pequenas cidades. O que aumenta a dinâmica e o desenvolvimento econômico da cidade média, através da movimentação econômica que consolida essas regiões como cidades de maior porte.

O planejamento econômico das pequenas e médias cidades, em sua grande maioria se restringe, apenas, ao Plano de Governo, ao Plano Plurianual à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, que estão contidos no Estatuto das Cidades¹. Essas formas ações funcionam como base para a formulação de políticas públicas em prol do desenvolvimento socioeconômico da cidade. Entretanto, o planejamento desses espaços urbanos fica incompleto se forem observados que muitos desses municípios não possuem indicadores que poderem a influência de cada setor do planejamento sobre o todo, por não possuírem indicadores econômicos locais e específicos, pois os índices disponíveis são agregados e não é possível aferir a economia local, precisamente, com estes dados.

A MENSURAÇÃO ECONÔMICA E O IMEC

Segundo o Guia dos Indicadores Econômicos (1992), os indicadores da atividade econômica (IAEs) são expressos em valores numéricos, que representam um conjunto de dados estatísticos que apresentam, essencialmente, informações que sinalizam e apontam o comportamento de determinadas variáveis do sistema econômico de um país, região ou estado. Eles são capazes de dar uma ideia da situação de uma economia em determinado período ou data. Por assim ser, tratam-se de indicadores de conjuntura, pois trazem as variações de curto e médio prazos do comportamento de determinada variável econômica.

¹ Divide-se em cinco capítulos, a saber: Diretrizes Gerais; Dos Instrumentos da Política Urbana; Do Plano Diretor; Da Gestão Democrática da Cidade; e Disposições Gerais.

Atualmente, os indicadores de atividade econômica estão centrados, em sua maioria, em nível agregado de informações, principalmente no contexto espacial, pois dependendo do indicador, este é construído congregando-se informações de diversos espaços geográficos para apresentar a conjuntura econômica do país ou do estado federado. Por este motivo que Ribeiro e Dias (2003) apontam para o fato de que “a economia local pode não apresentar as mesmas características que a nacional ou aquela para qual existe indicadores agregados (estado ou região) e para onde tenham sido estabelecidos como parâmetro”. Como demonstram os dados em relação à produção econômica (PIB).

Estas estatísticas, apesar de importantes, possuem certa defasagem entre a coleta dos dados e a produção do indicador pelo fato de buscarem medir o aspecto produtivo de período anterior (a conjuntura). Essa defasagem é um dos maiores inconvenientes para a utilização de indicadores agregados para aferir o comportamento de economias locais (especialmente menores ao teor mensurado pelo indicador), pois, ao reunir as informações e basear estudos e planejamentos, as mesmas já vão ter sido alteradas, devido à movimentação dos agentes econômicos.

Alem disso, dentro do ciclo econômico fundamental destaca-se a atividade econômica como o fenômeno da geração da riqueza econômica e, nesse processo se situam os fenômenos da produção, da repartição e consumo. Além desses três fenômenos existe, ainda, um quarto fenômeno fundamental que é o da circulação econômica. A junção desses fenômenos de maneira dinâmica e interdependente é que culminam no processo de crescimento e desenvolvimento econômico (GALVES, 2004). Porém, no que tange à mensuração da atividade econômica, os IAEs se pautam na atividade de produção (primária, secundária e terciária), como o PIB, no preço e na renda.

Dentre os principais índices agregados da economia podem-se observar os índices de preço e os índices de produção. No que tange aos índices de preço, no Brasil, eles representam os índices agregados ponderados, os quais são utilizados para a estimativa da inflação, dentre eles os principais são: o Índice Geral de Preços (IGP) que é utilizado para medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira; o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) que é utilizado para a correção de impostos municipais e estaduais; o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) que é

utilizado para a correção de contratos, de aluguel, por exemplo; O Índice de Preços ao Consumidor em Real (que é utilizado para a correção de salários e contratos em geral) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que é utilizado para o acompanhamento do sistema de metas de inflação.

No que tange à produção econômica, os indicadores do nível de atividade funcionam como um termômetro das condições gerais dos elementos mais sensíveis às flutuações cíclicas do lado real da economia (LOURENÇO; ROMERO 2002, p.28). Ele pode ser subdividido conforme os setores da economia. Para a produção agrícola, obtém-se informações mensais sobre previsão e acompanhamento de safras agrícolas, com estimativas de produção, rendimento médio e áreas plantadas e colhidas, tendo como unidade de coleta os municípios (no aspecto pós-produção).

Para a produção industrial, observa-se a variação mensal da produção física da indústria brasileira. A pesquisa Industrial Anual (PIA), por exemplo, apresenta as quantidades produzidas e vendidas e os valores de produção e de vendas dos produtos e serviços industriais gerados no país. Já a Pesquisa Anual do Comércio, reúne um conjunto de informações econômico-financeiras que permitem estimar as características estruturais básicas do setor empresarial do comércio brasileiro e acompanhar a sua evolução ao longo do tempo.

Os Indicadores Antecedentes e Coincidentes da Atividade Econômica apresentam as flutuações causadas pelos ciclos econômicos. Por sua vez é importante tanto para a formulação de políticas econômicas como também para um planejamento eficiente dos negócios no setor privado (SPACOV, 2001, p.3). Assim, os indicadores coincidentes tendem a informar a situação da economia atual, mostrando se a mesma se encontra em recessão ou não, e os indicadores antecedentes são o conjunto de variáveis que tende a se mover com certa antecedência em relação ao ciclo econômico, prevendo o estado da economia para certo período de tempo futuro (SPACOV, 2001, p.3).

Outros índices de grande relevância são aqueles que apresentam uma relação com a melhoria da qualidade de vida e de renda da sociedade, como o Índice do Custo de Vida (ICV) que é utilizado para a correção de acordos salariais setoriais do setor privado e o Índice do Custo de Vida da Classe Média que é utilizado para reajustar os salários dos servidores municipais.

E é importante evidenciar, ainda, o Índice de Preços Agropecuários que é utilizado, especificamente, como base para a complementação de renda proposta pelas políticas públicas voltadas para a produção agrícola da pequena propriedade agropecuária, e que possui forte relação com as pequenas e médias cidades (pela geração de renda mínima para os produtores em regime de agricultura familiar). O principal deles é o Índice de Preços Agropecuários (IPA), que analisa trinta e sete produtos, dezenove insumos, cinco tipos de transações envolvendo terras e cinco modalidades de serviço para ser utilizado como base para formação dos Índices de Preços de Venda e Arrendamento de Terras e estabelecer as transferências pelas políticas sociais do governo federal. Então, os indicadores agregados da atividade econômica estudam as movimentações em conjunto, assim como os indicadores de produção mensuram a atividade econômica agregada.

Os indicadores de movimentação econômica, então, entram em destaque no que tange à mensuração da circulação econômica e na dinâmica causal e consequencial da produção da riqueza e da renda econômica atrelando-se, diretamente, ao processo do consumo.

Por este motivo, é que se apresenta como de extrema importância à criação de indicadores de atividade econômica local, que apresentem dados referentes ao cotidiano desses espaços específicos, para que as atividades derivadas do mesmo possuam dados mais exatos e com atualizações mais periódicas.

Assim, dentre os diversos indicadores econômicos que apresentam dados agregados, deve-se somar o índice de atividade econômica que trata de um indicador do nível de atividade econômica (cotidiano econômico, vinculado ao processo da circulação econômica), medindo o seu desempenho, variação média em relação a um período tomado como base, sabendo verificar geralmente a evolução da produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Sendo composto e ponderado por variáveis que influenciam no seu comportamento, os indicadores demonstram a alteração de um setor ou atividade econômica específica e, o agregado desses indicadores forma o IMEC. Quanto maior for o dinamismo da economia, maior será o IMEC, pois o índice é afetado diretamente pela dinâmica econômica. O IMEC é, então, um

[...] medidor das oscilações que ocorrem na superfície do funcionamento da economia, variações essas que são fruto de decisões de agentes econômicos e que resultarão em atitudes que, mais cedo ou mais tarde, aparecerão registradas nos indicadores tradicionais (AZZONI; LATIF, s.d. apud SEI, 2010).

Assim, a construção do IMEC se baseia, principalmente, no comportamento da dinâmica econômica, onde se observa, por exemplo³, o nível de deslocamento da população dentro do município (com base no transporte urbano); o deslocamento entre os municípios (através do transporte interurbano); o consumo de energia elétrica residencial, comercial e industrial; o número de consultas ao SPC⁴, SERASA⁵ e outros gerenciadores de disponibilidade de crédito ao consumo; consumo de combustíveis (para veículo particulares); entre outras.

Através do comportamento do indicador e das variáveis utilizadas é possível monitorar a movimentação dos agentes econômicos e ter ciência do que a motivou, pois as variáveis refletem a dinâmica da cidade, já que procura usar variáveis que tenham um impacto importante na economia estudada. E assim, com base na evolução do índice e nas variáveis que interferem nesse processo, o planejamento municipal pode se pautar nesse aspecto para atrelar, ao planejamento, mecanismos que influenciem na evolução do comportamento econômico do município.

Um exemplo a ser observado, nesse sentido, é a dessazonalização dos dados e dos resultados do índice, como a ocorrência de um fato ou evento aleatório que pode causar modificações não padronizadas no comportamento do índice. Uma alteração positiva atrelada a um determinado evento como uma feira agropecuária realizada pela primeira vez em um município médio, por exemplo.

Num índice agregado como o PIB, o resultado será visto, apenas, como positivo, já que se soma e acresce o agregado produtivo (sem se saber de onde surgiu esse acréscimo). Mas no contexto local do município onde foi realizado o evento, é possível se mensurar a importância do evento, através do acompanhamento comparativo entre os períodos anteriores, e pode estabelecer uma base para o planejamento de eventos futuros.

Na seleção das variáveis, levam-se em consideração três principais critérios: primeiro, procura-se selecionar variáveis que tem algum relacionamento (sensibilidade)

³ Como o IMEC é um índice dinâmico e que se estabelece com base no comportamento da dinâmica local à qual está atrelado, as variáveis mensuradas são diferenciadas, de acordo com o perfil da economia a qual está mensurando.

⁴ Serviço de Proteção ao Crédito.

⁵ Serviço de Consulta a Pendências e Protestos por inadimplência.

com a atividade econômica do espaço; segundo, as variáveis devem ter disponibilidade de dados mensais (pois se não tiverem essa disponibilidade, a variável não será útil, por causa da dificuldade de atualização dos dados); e por último essas variáveis tem que possuir certo comportamento estável, para representarem melhor as flutuações econômicas ocorridas no ambiente e serem utilizadas como variáveis *proxy* (variáveis-base para a análise).

A incorporação da construção e análise de índices de movimentação econômica se apresenta tão relevante que Ribeiro e Barros (1999) asseguram que, na sua relação com um índice agregado como o PIB, por exemplo, o IMEC pode ser utilizado como uma indicadora na estimativa do Produto Interno Bruto, mas não base para tal, enquanto o PIB apresenta o resultado daquele comportamento variável que já se apresentava como um comportamento plausível.

METODOLOGIAS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DOS IMECs

Observa-se que a metodologia utilizada entre os índices de Atividades Econômicas podem ser diferentes, pois algumas variáveis podem ter impactos relativos devido a sua importância na economia local. Nesse sentido, quando se trata de índices de movimentação econômica, quanto mais variáveis se adiciona aos mesmos, mais complexo fica o índice, correndo o risco de se tornar confuso. Portanto, não se deve em sua elaboração, atrelar variáveis que não tenham tanta relevância na economia local, para evitar uma supervalorização de variáveis, colocando sobre elas um peso indevido. Neste sentido, Azzoni e Latif (1995) citado por Ribeiro e Dias (2003b, p. 1) tecem os seguintes comentários,

este índice [o IMEC] tem como principal característica o fato que os agentes econômicos ao se movimentarem (deslocarem-se), o faz com a perspectiva voltada para a execução de uma atividade econômica qualquer. Assim, o aumento ou redução neste agregado de movimentação dita o comportamento do índice [sendo a variável mais importante].

De uma forma geral, a metodologia de construção dos IMECs utilizados no Brasil, inicia-se com a escolha de um período base, atribuindo a ele o patamar de 100 (período padrão). Em seguida comparam-se os períodos desejados (posteriores ao período base), formulando o índice base. Com auxílio de um gráfico pode-se demonstrar a variação (evolução) das variáveis (índices) que compõem e influenciam a

movimentação (atividade) econômica. Podendo retirar as sazonalidades¹¹ dos períodos. A sazonalidade é um movimento que não é constante, ocorre por conta de alguma eventualidade, a sazonalidade é retirada comparando-se o mês que ocorreu o fato sazonal com um mês distinto¹².

O acompanhamento da variação do IMEC em cidades que o adotam como acompanhamento da movimentação econômica, mostra quais os setores mais dinâmicos da economia local, bem como o período mensal em acontecem e proporcionar, ao planejamento urbano, diversos mecanismos de ação e promoção do desenvolvimento urbano, social e econômico.

O USO DE ÍNDICES ECONÔMICOS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Em cidades onde o capital é mais desenvolvido, tem-se utilizado índices econômicos no processo de planejamento municipal, pois os mesmos tornaram-se indispensáveis para a gestão e conhecimento real da economia. Entretanto, em regiões que não se desenvolveram, os gestores municipais se privam (não por vontade mas por inexistência dos mesmos) apenas à utilização de indicadores de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social, visto que suas políticas são voltadas a maximizar as políticas sociais propostas por frações maiores da gestão pública, para minimizar os efeitos da pobreza.

Através dos indicadores locais, é possível conhecer a economia detalhadamente, tendo ciência dos setores que alavancam a produção de riquezas; quais os setores que estão deficientes; os que precisam da intervenção municipal para não serem extintos, e qual o setor que possui a maior quantidade de mão de obra empregada etc.

Dessa maneira, a administração municipal terá ferramentas que possibilitarão executar políticas acertadas, pois ao mapear a economia local poderá deslocar investimentos para áreas periféricas e áreas marginalizadas, executando políticas de inclusão social, capacitação de mão de obra, educação, saúde e segurança. Atraindo,

¹¹ Relativo às variações que fogem ao padrão de comportamento das variáveis utilizadas, como por exemplo a realização de festas juninas em municípios que a promovem, que rompem o padrão do comportamento do comércio nos meses anteriores e posteriores a elas. Ou por exemplo algum evento que ocorre bi-anualmente.

¹² Desde que não seja o mesmo mês em períodos diferentes, já que a sazonalidade é uma eventualidade do mês específico. Se comparar dois meses iguais haverá a mesma movimentação, devido ao fato que irá ocorrer novamente à sazonalidade.

então, investimentos do setor privado, que poderão proporcionar oportunidades de emprego, gerando renda para os moradores, que irão consumi-la. Esse ciclo irá gerar benefícios para toda a cidade, pois fornecem tributos para a prefeitura, empregos para a população e aumento das riquezas produzidas no território. Portanto, com dados reais é possível fazer projeções para o futuro, de curto e médio prazo, principalmente, mas de longo prazo, também, para saber qual será o impacto dessas políticas no desenvolvimento regional e como será o comportamento da economia futuramente.

Em cidades grandes os índices econômicos são utilizados até em bairros, justamente para se obter um acompanhamento do comportamento daquele espaço em conjunto com o total, por causa da grandeza e importância que os mesmos representam para a cidade, pois com o controle e conhecimento de cada região, encontra-se menos dificuldades para administrar a cidade.

Pode-se usar os índices para medir as atividades do setor agrícola, industrial e comércio da cidade, tornando-se uma ferramenta indispensável, pois caso não ocorra a mensuração, não será possível crescer sustentavelmente, por não ser possível planejar. Com a alta competitividade dos setores, os gestores de grandes centros têm utilizado cada vez mais dados econômicos.

No caso das médias e pequenas cidades, a produção econômica se relaciona com o papel que elas possuem em seu aspecto socioespacial (sendo fornecedoras de bens e serviços ou consumidoras de bens e serviços, principalmente). São poucas as cidades médias e pequenas que desatrelam sua vida econômica do setor terciário da economia. Então, a movimentação econômica (que mensura a circulação econômica e, não apenas, a produção econômica) é crucial para o estabelecimento de metas de planejamento.

No caso das pequenas e médias cidades representa o atrativo maior para sua dinâmica econômica. Portanto os IMECs irão medir como a renda se movimenta dentro do espaço da cidade e apontará como é consumida. Portanto, são de fundamental importância para a sociedade, pois os agentes econômicos representados pelos setores produtivos (governos, empresas, investidores etc.), através da incorporação deste instrumento nas suas decisões, permitem que se minimizem perdas e se maximizem ganhos.

Para o setor público (Estado), permite aos governantes locais planejarem, no que concerne à formulação de políticas de incentivo à evolução socioeconômica (RIBEIRO;

DIAS, 2003). Propicia, ainda, um entendimento maior da situação econômica e da conjuntura econômica do município, possibilitando a confecção de previsões de como a economia municipal se comporta e como irá se comportar, estabelecendo expectativas que gerem a formulação de metas a serem alcançadas.

As universidades também utilizam o IMEC para fazer pesquisas e análises, para obter dados de como a economia local está se comportando, fornecer informações para órgãos governamentais e de planejamento, sendo bastante útil, já que muitas regiões não possuem esse tipo de pesquisa, havendo dessa forma uma carência de informações cruciais para administração municipal. Os resultados contribuem para o enriquecimento de conhecimento acadêmico.

Um dos motivos da utilização do IMEC se dá pela rapidez com que ele pode ser obtido a cada período, desde a coleta e a manipulação dos dados, possibilitando assim a divulgação sem tanta defasagem em relação aos dados coletados e sendo mais útil na realização de planejamento, tomada de decisões e políticas públicas. Desta forma, a falta de um índice composto que quantifique a atividade econômica local com maior rapidez, impede que políticas e/ou decisões econômicas locais sejam implementadas e/ou sejam mais eficientes Ribeiro; Dias (2003, p. 01) afirma,

[...] a existência de um índice em nível local permite que as seguintes perguntas sejam respondidas de forma satisfatória: I - qual foi o comportamento da atividade econômica do município durante o último ano? II - a atividade econômica do município pode ser considerada expansionista, estável ou contracionista? III - que tipo de flutuações o município apresenta? (RIBEIRO; DIAS, 2003, p.1)

Para a estimação da economia municipal encontram-se maiores dificuldades, visto que o Produto Interno Bruto dos Municípios é mais trabalhoso de ser montada por causa da grande quantidade de cidades em que se irá mensurar a produção de riquezas. Conseqüentemente, a publicação destes dados exigem mais tempo e, quando chegam ao conhecimento dos gestores municipais, já estão defasadas.

A última publicação do IBGE foi para o período compreendido entre 2005 e 2009, portanto, os municípios trabalham com dados do ano de 2009. Suas políticas e planejamentos são baseados nos dados desse período. Dessa forma não é possível ter precisão da real situação da econômica naquele momento.

A utilização de indicadores econômicos atrai agentes econômicos para a realização de investimentos, pois os mesmos terão informações concretas da economia municipal sobre qual o tipo de negócio mais rentável para executar; como o seu investimento irá ser afetado; como seu comércio será afetado em determinado período (por exemplo, de eventos em municípios vizinhos); como se comportará diante da atividade econômica municipal; Portanto, conclui-se que a utilização de indicadores de movimentação econômica beneficiará tanto o setor público, quanto o setor privado.

A aplicação desse procedimento direciona a ação governamental, evitando que o gestor possa optar por certas prioridades, servindo-se de dados imprecisos, definindo ações de forma intuitiva, ou por pressão de pessoas influentes, fato que resulta no favorecimento de determinados atores em detrimento de toda população (MASCARENHAS, 2006, p.6).

A experiência de cidades médias que aplicam a utilização de Índices de Movimentação Econômica no seu planejamento foi satisfatória, pois nas cidades foram construídos índices locais e as suas veracidades foram comparadas a indicadores nacionais, mostrando que os mesmos tinham correlação com os índices agregados.

A EXPERIÊNCIA DE MARINGÁ – PR E SÃO JOÃO DEL REI - MG

Duas cidades que apresentam êxito nesse sentido são Maringá e São João Del Rei. Os criadores do índice em Maringá afirmam que “[...] como resultado final, tem-se que o mesmo comporta-se como um índice coincidente das atividades econômicas locais; portanto, sua previsão comporta-se como um indicador antecedente destas mesmas atividades” (RIBEIRO; DIAS, 2003b, p.479). Ou seja, em suma, “[...] a elaboração de um índice de atividade econômica, cuja característica principal é a de apresentar maior rapidez e qualidade sobre as flutuações econômicas atuais e futuras, demonstrou-se ser amplamente viável em nível municipal”.

Em São João Del Rei, os criadores do índice local, chegaram a resultados semelhantes ao de Maringá e concluíram que são poucos os municípios que se organizam para a obtenção de indicadores econômicos para o acompanhamento da atividade econômica municipal. O que não deveria ocorrer devido à importância que tais índices trazem para o acompanhamento do cotidiano econômico e o planejamento dos mesmos.

[...] a inexistência de um conjunto abrangente de estatísticas econômicas organizadas em nível municipal, uma vez que as prefeituras de pequenas e médias cidades não se preocupam em criar esse tipo de serviço é um fator de negativo. Tal fato poderia ser explicado pela falta de mentalidade planejadora do administrador público. Não havendo planejamento, para que monitorar indicadores. De tempos em tempos, a lucidez de um prefeito pode resultar na contratação de uma firma de consultoria para fazer diagnósticos da economia local. [Porém] estes diagnósticos pecam, no entanto, pela superficialidade da análise que a carência de dados e os curtos prazos contratuais impõem. Não passam de uma mera caracterização socioeconômica (RIBEIRO; BARROS, 1999, P.1).

Portanto, a partir do momento em que o gestor passar a observar a relevância de se contar com a criação de índices de movimentação econômica (IMECs) no aspecto de seu planejamento, a ação poderá ser pautada numa realidade mais próxima dos aspectos sociais e econômicos dos municípios. E o planejamento deixará de ser pautado nas generalizações dos modelos já existentes, para se pautar, de fato, nas características endógenas do próprio município em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar que o uso de indicadores econômicos locais nas cidades pequenas e médias ainda é incomum, pois no momento de formulação de políticas utilizam-se dados agregados e na maioria das vezes defasados (o último PIB dos municípios foi disponibilizado em 2009), portanto, não se pode ter conhecimento preciso da conjuntura econômica municipal. Por esse motivo, o uso do IMEC seria interessante por ser menos trabalhoso que o PIB e poder ser medido em períodos curtos, mas contínuos de tempo.

Contribuindo para a administração pública, visto que os municípios pequenos têm que lidar frequentemente com a escassez de verbas para administração da cidade, o uso dos indicadores econômicos proporcionaria maior conhecimento para guiar a alocação, da melhor maneira possível, os recursos escassos e auxiliando no planejamento e solução de problemas para que, em seguida, se pense em numa evolução econômica e na promoção de uma melhor qualidade de vida para a população.

Com um planejamento econômico adequado, através do uso dos indicadores econômicos e de movimentação econômica, seria possível planejar com maior eficiência o crescimento econômico e formular políticas para combater os gargalos das cidades médias.

Portanto, sugere-se que a falta de dados econômicos de longo prazo (série histórica) impede que se conheça a realidade econômica, pois, ao analisar somente os dados do presente momento, têm-se informações superficiais da conjuntura, visto que, não é possível ter ciência aprofundada da real situação econômica local. E pelo fato de não se dar continuidade no levantamento de dados estatísticos e a utilização dos indicadores serem apenas momentâneas, o problema persistirá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, P.; BESSA, G. A.; SOARES, B.R.; MELO, N. A. O planejamento urbano e sua aplicabilidade em pequenas cidades: o estudo de caso do município de Santa Vitória/MG. ANAIS da 5ª Semana Acadêmica e 4ª Semana do Servidor da UFU. Uberlândia-MG: UFU, 2008.

FONSECA, Manuel A. R. da. Planejamento e desenvolvimento econômico. São Paulo-SP: Thomson Learning, 2006.

GALVES, Carlos. Manual de economia política atual. Rio de Janeiro-RJ: Forense Universitária, 2004.

GUIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS. Para entender a economia. Lisboa: Editora Caminho/The Economist, 1992.

LOURENÇO, Gilmar Mendes; ROMERO, Mario. Indicadores Econômicos. Economia Empresarial. Coleção Gestão Empresarial, Gazeta do Povo, Curitiba - PR, p. 27-41, 2002.

MASCARENHAS, Carlos Cezar de. Indicadores Sociais e Econômicos como instrumento de gestão e desenvolvimento das cidades: Uma aplicação no município de Jacareí. 2006. Dissertação de Mestrado pelo Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional - Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, São Paulo, 01/04/2006.

RIBEIRO, Claudiney Guimarães; BARROS, Aluizio, A. Em busca de um indicador síntese da atividade econômica para o município de São João del Rei. São João del Rei, n.14, jul-dez, p. 69-83.1999.

RIBEIRO, Vamerson Schwingel; DIAS, Joilson. Índice de atividade econômica de Maringá – IAEMga. II ECOPAR. Maringá, 2003, Anais, UEM-UEL-UEPG-UNIOESTE-IPARDES, p. 479-498.

SPACOV, Andrei Dudus. Índices Antecedentes e Coincidentes da Atividade Econômica Brasileira: uma Aplicação da Análise de Correlação Canônica. Jan. 2001. Dissertação de Mestrado em Economia - FGV/EPGE, Rio de Janeiro – RJ, 01/12/2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso. Série Estudos e Pesquisas, Publicações SEI, Salvador, SEI 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Índice de Movimentação Econômica. Notas Metodológicas. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=133>. Acesso em 20 mar. 2012.